

IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA VIDA DE MULHERES USUÁRIAS DO CENTRO DE REFÊRENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): PERCEPÇÕES DE USUÁRIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE CONVIVÊNCIAS DE UM CRAS DO INTERIOR DA ZONA DA MATA MINEIRA

Maria Eduarda Bratiliere Lopes¹
Carla Caroliny de Oliveira Teixeira²
Sirlon Martins da Silva³

sirlonsemiotica@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciência da saúde

RESUMO

O presente estudo analisa os significados atribuídos por mulheres usuárias de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Zona da Mata mineira à participação em grupos de convivência, buscando compreender como tais práticas contribuem para o enfrentamento de vulnerabilidades e para o fortalecimento de redes de apoio. A pesquisa, de abordagem qualitativa e de natureza descritiva, utiliza entrevistas semiestruturadas para identificar percepções, vivências e transformações vinculadas às oficinas ofertadas pelo equipamento público. A análise de conteúdo permitiu identificar impactos subjetivos, sociais e relacionais decorrentes da atuação da Psicologia nesse contexto. Os resultados evidenciaram o papel do psicólogo em questões voltadas para o fortalecimento da autoestima, a construção do sentimento de pertencimento e na promoção de autonomia entre mulheres em situação de vulnerabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: CRAS; psicologia; mulheres; saúde mental; pertencimento; autonomia.

1 INTRODUÇÃO

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída no Brasil em 2004, organizou a rede de proteção social por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como eixo central a proteção social básica, ofertada principalmente através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esses equipamentos públicos têm a função de prevenir situações de risco social e fortalecer

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Univértix.

³ Psicólogo, Mestre em Educação pela UFOP, Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix

vínculos familiares e comunitários, sendo reconhecidos como a principal porta de entrada para os serviços socioassistenciais (Martins et al., 2019).

Nesse contexto, o psicólogo assume papel fundamental, pois sua atuação contribui para a criação de espaços de escuta qualificada, para o enfrentamento de vulnerabilidades e para a mediação de processos coletivos que favoreçam o fortalecimento das relações sociais (Silva et al., 2020).

Dentre os serviços ofertados pelo CRAS, os grupos de convivência se destacam como práticas que possibilitam trocas de experiências, socialização e desenvolvimento de novas formas de pertencimento. Pesquisas demonstram que a participação em atividades grupais voltadas para mulheres pode gerar impactos significativos, como o fortalecimento da autoestima, o resgate de identidades fragilizadas e a construção de redes de apoio (Lopes et al., 2020). Nesse sentido, a atuação da Psicologia nesse campo é importante, pois, por meio de dinâmicas e oficinas, promove reflexões críticas, fomenta a solidariedade e possibilita a transformação subjetiva das participantes (Martins et al., 2019).

Apesar dos avanços, ainda são escassas as investigações que abordam diretamente a percepção das próprias usuárias sobre o impacto das oficinas em suas vidas cotidianas no âmbito do CRAS, especialmente em pequenos municípios de regiões não metropolitanas. Silva (2020) destaca que a escuta das usuárias é imprescindível para compreender os significados atribuídos aos serviços socioassistenciais, pois são elas que vivenciam, em sua rotina, os efeitos das políticas públicas implementadas. Em pesquisa com grupos de convivência de mulheres, Lopes et al. (2020) apontam que a participação gera transformações pessoais e coletivas, mas ressaltam que cada território apresenta especificidades que precisam ser consideradas, como questões culturais, condições socioeconômicas e formas de organização comunitária.

No caso específico da Zona da Mata mineira, região marcada por contrastes socioeconômicos, a relevância dos CRAS se intensifica, visto que, além de serem espaços de garantia de direitos, tornam-se locais de acolhimento emocional e de

convivência para mulheres que, muitas vezes, enfrentam situações de isolamento social, desigualdade de gênero e restrições de acesso a serviços básicos (Silva et al., 2020). Dessa forma, compreender os significados atribuídos pelas mulheres aos grupos de convivência e oficinas na construção de estratégias de enfrentamento de suas vulnerabilidades, bem como mecanismos de fortalecimento de redes de apoio, significa não apenas analisar resultados individuais, mas também evidenciar a contribuição da política pública para a cidadania e para o fortalecimento comunitário (Silva et al., 2020).

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela necessidade de dar visibilidade às percepções das mulheres atendidas pelos grupos de convivência do CRAS, considerando que são elas as principais beneficiárias e protagonistas desses espaços. Investigar como a psicologia é percebida em suas trajetórias de vida possibilita compreender o papel do psicólogo no território e subsidiar práticas mais efetivas na política de assistência social. Além disso, como afirmam Martins et al. (2019), a psicologia, quando inserida no CRAS, contribui não apenas para o fortalecimento individual, mas também para a construção coletiva de estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Assim, este trabalho busca ampliar o campo de conhecimento sobre a intersecção entre psicologia e assistência social, valorizando o olhar das próprias usuárias como fonte legítima de análise.

Nesse sentido, apresentamos como problematização: Como as usuárias do CRAS de pequenos municípios de regiões não metropolitanas percebem o impacto das oficinas e grupos de convivência em seu cotidiano?

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os significados atribuídos pelas mulheres usuárias de um CRAS localizado no interior da Zona da Mata mineira aos grupos de convivência, compreendendo como essas atividades contribuem para o enfrentamento de vulnerabilidades e para a ampliação de redes de apoio. Como objetivos específicos, pretende-se: Identificar os sentidos construídos pelas participantes em relação às oficinas dos grupos de convivência; compreender as transformações percebidas em suas trajetórias pessoais e sociais; discutir de que

maneira a psicologia contribui, nesse processo, para o fortalecimento de vínculos e para a construção coletiva de estratégias de superação das vulnerabilidades.

Essa investigação pretende, portanto, dialogar com estudos anteriores, como os de Lopes et al. (2020) e Silva et al. (2020), mas trazendo a originalidade de abordar um território específico e de valorizar a voz das usuárias como fonte central de conhecimento.

O presente estudo é relevante por contribuir para a compreensão dos impactos da atuação da Psicologia na vida de mulheres participantes dos grupos de convivência do CRAS, valorizando a percepção das próprias usuárias sobre os efeitos dessas atividades em seu fortalecimento pessoal, emocional e social. Além disso, a pesquisa reforça a importância do trabalho do psicólogo no âmbito das políticas públicas de assistência social, especialmente na promoção da autonomia, do fortalecimento de vínculos e do protagonismo feminino

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instituída em 2004, representou um marco para a consolidação da assistência social como política pública de direito e dever do Estado, articulando os princípios da Constituição Federal de 1988 à estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A partir dessa regulamentação, a assistência social passou a ser compreendida como parte integrante da Seguridade Social, afastando-se de práticas assistencialistas e caritativas (Sposati, 2011; Yasbek, 2019). O SUAS organiza a gestão e a execução dos serviços socioassistenciais em dois níveis: a proteção social básica, voltada à prevenção de situações de vulnerabilidade, e a proteção especial, direcionada ao atendimento de famílias e indivíduos com direitos violados (Brasil, 2014).

No âmbito da proteção básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) assume um papel estratégico como principal porta de entrada para os serviços do SUAS. Esse equipamento público tem como finalidade promover a convivência, o fortalecimento de vínculos e o acesso a direitos, por meio do Serviço

de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) (CFP, 2011; Cavaleiro & Ferrari, 2023). Nesse espaço, o trabalho interdisciplinar é central para garantir uma atuação integral, sendo a Psicologia uma das áreas que mais contribui para a construção de processos de escuta, acolhimento e mediação comunitária (Oliveira, 2024).

A presença do psicólogo na política de assistência social exige uma prática comprometida com a ética, a cidadania e a transformação social. O profissional atua na interface entre as dimensões subjetivas e objetivas das vulnerabilidades, escutando o sofrimento dos sujeitos, mas também compreendendo os determinantes sociais que o produzem (Soares et al., 2024). Segundo Bock (2010), a psicologia no campo social precisa ultrapassar o enfoque individualizante, voltando-se para o fortalecimento coletivo e para o reconhecimento das condições concretas de vida das pessoas.

Essa perspectiva dialoga com a noção de compromisso social da psicologia, em que o psicólogo contribui para a ampliação da consciência crítica e para a construção de estratégias de enfrentamento das desigualdades (CFP, 2021).

Entre os serviços ofertados pelo CRAS, os grupos de convivência têm se destacado como práticas que promovem socialização, trocas de experiências e construção de pertencimento. As atividades desenvolvidas nesses grupos – como oficinas temáticas, rodas de conversa e dinâmicas coletivas – têm demonstrado impacto positivo na autoestima, na autonomia e na percepção de apoio social das participantes (Martins et al., 2023; Almeida & Barbosa, 2022). Para as mulheres em situação de vulnerabilidade, tais espaços funcionam como ambientes de escuta, reflexão e fortalecimento emocional, nos quais é possível ressignificar experiências de isolamento e exclusão (Lopes et al., 2020).

Estudos recentes evidenciam que a atuação da psicologia nesses contextos possibilita o desenvolvimento de novas formas de subjetivação e de cooperação social. No contexto das práticas grupais em saúde mental, as oficinas constituem um dispositivo terapêutico que possibilita encontros mediados por atividades expressivas,

lúdicas ou reflexivas. Por meio dessas oficinas, o psicólogo estimula a expressão de sentimentos, favorece a elaboração de vivências de sofrimento e promove a construção de vínculos solidários entre os participantes, criando um ambiente de acolhimento e apoio mútuo (Cavalheiro & Ferrari, 2023).

Em territórios marcados por desigualdades, como os municípios do interior da Zona da Mata mineira, conforme afirma Carneiro (2006) o CRAS assume papel ainda mais relevante, ao se constituir como espaço de acolhimento e convivência para mulheres que enfrentam pobreza, desemprego e restrições de acesso a serviços básicos (Silva, 2020). Nesse cenário, compreender o significado que essas usuárias atribuem às oficinas é essencial para avaliar a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito das políticas públicas e aprimorar a atuação profissional (Silva, 2020).

A realidade das mulheres atendidas pelo SUAS é atravessada por múltiplas formas de desigualdade. Segundo o IBGE (2024), uma em cada quatro mulheres brasileiras entre 15 e 29 anos não estudava nem trabalhava em 2023, evidenciando um quadro persistente de exclusão. Essa vulnerabilidade é reforçada por fatores de gênero, raça e classe, que se articulam na experiência cotidiana das mulheres, principalmente daquelas que são chefes de família e responsáveis pelo cuidado doméstico. As políticas públicas voltadas a esse público precisam, portanto, considerar essas intersecções e oferecer espaços de escuta e pertencimento, nos quais a dimensão subjetiva das desigualdades possa ser elaborada coletivamente (Hirata, 2016; Crenshaw, 2020).

Além disso, as práticas psicológicas no CRAS estão associadas à construção de redes de apoio e solidariedade. Essas redes podem ser formais, como as articulações entre políticas públicas e instituições, ou informais, como os laços familiares e comunitários. Ambas são fundamentais para o enfrentamento das vulnerabilidades e para a promoção da autonomia (Campos & Guará, 2010). A psicologia social comunitária tem mostrado que o fortalecimento dessas redes ocorre quando os sujeitos passam a reconhecer-se como agentes de transformação social, rompendo com a passividade e desenvolvendo ações colaborativas no território (Vasconcelos, 2021; Sawaia, 1999).

Portanto, a atuação da psicologia na assistência social ultrapassa a dimensão técnica. Ela se configura como uma prática ética e política, voltada à construção de cidadania e à promoção da dignidade humana. No contexto dos grupos de convivência, o psicólogo contribui para criar condições de diálogo, escuta e fortalecimento coletivo, potencializando os laços entre as mulheres e fortalecendo o tecido social de suas comunidades. Essa abordagem permite compreender o CRAS não apenas como espaço de proteção, mas também como território de transformação e emancipação social (Yasbek et al, 2018)

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracterizou-se como abordagem qualitativa e de natureza descritiva, uma vez que buscou compreender percepções, significados dos impactos atribuídos pelas mulheres à participação nos grupos de convivência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município da Zona da Mata Mineira. De acordo com Minayo (2016), a abordagem qualitativa mostrou-se apropriada para o estudo de fenômenos sociais e subjetivos, valorizando as experiências dos sujeitos. Já a natureza descritiva, conforme Gil (2019), justificou-se por registrar e interpretar percepções sem manipular variáveis ou estabelecer relações de causa e efeito.

A coleta de dados foi realizada entre abril e maio de 2026, mediante observação nos grupos de convivência e da realização de entrevistas semiestruturadas. Foram acompanhados os encontros semanais dos grupos durante quatro semanas consecutivas.

Foram incluídas como participantes da pesquisa mulheres maiores de 18 anos que frequentavam regularmente os grupos do CRAS. Participantes que frequentavam regularmente os grupos, que se dispuseram voluntariamente a colaborar com a pesquisa e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O termo esclareceu os objetivos da pesquisa, abordando as questões éticas relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das participantes, à proteção dos dados, além dos procedimentos realizados ao longo da pesquisa. O documento também informou os espaços de divulgação dos resultados e apresentou uma explicação

detalhada dos possíveis riscos envolvidos, bem como das formas de minimizá-los. Ressalta-se que o termo foi entregue em duas vias de igual valor, sendo uma destinada à participante e a outra armazenada pela pesquisadora pelo prazo mínimo de cinco anos.

Foram excluídas mulheres menores de 18 anos; mulheres que participaram dos grupos de forma esporádica, sem regularidade de frequência; mulheres que não aceitaram colaborar voluntariamente; mulheres que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e aquelas que não se sentiram confortáveis em compartilhar suas experiências.

O perfil sociodemográfico foi coletado de modo descritivo, considerando apenas informações sociodemográficas básicas, como idade, escolaridade e estado civil, com o objetivo de contextualizar os resultados. A amostra foi composta por seis participantes, provenientes, preferencialmente, de grupos diferentes. O contato com as participantes foi realizado mediante indicação dos coordenadores dos grupos e do profissional de Psicologia responsável pelo CRAS em questão.

O objeto empírico da pesquisa foi a experiência de mulheres em situação de vulnerabilidade social que participaram dos grupos de convivência promovidos pelo CRAS. A escolha desse campo justificou-se pela relevância da instituição enquanto equipamento da política pública de assistência social, responsável pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Complementarmente, foi realizada revisão bibliográfica em bases como SciELO e Google Acadêmico, abrangendo publicações científicas entre 2010 e 2025. Tal procedimento, segundo Lakatos e Marconi (2017), foi essencial para sustentar teoricamente as análises e situar o problema no campo científico e social.

Quanto aos procedimentos de coleta, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, com roteiro adaptado de Klein, Matos e Pereira (2022), composto por oito perguntas. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas em áudio mediante autorização das participantes e posteriormente transcritas. Cada entrevista teve duração média de 20 minutos e ocorreu em espaço reservado no próprio CRAS, garantindo privacidade e sigilo.

Entendeu-se que toda pesquisa envolve riscos. Entretanto, a presente pesquisa apresentou riscos mínimos às participantes, por tratar-se de um estudo de caráter descritivo e qualitativo baseado em suas vivências subjetivas e experiências nos grupos de convivência. Esses riscos consistiram em possíveis desconfortos emocionais ao relatarem experiências pessoais. Caso isso ocorresse, a entrevista seria imediatamente interrompida, sendo oferecido acolhimento e orientação à participante sobre os serviços de apoio disponíveis no CRAS, bem como no Serviço de Psicologia Aplicada do Centro Universitário Vértice – Univértix de Matipó.

Quanto aos benefícios, destacou-se a contribuição para o aprimoramento das práticas psicológicas nos grupos de convivência, oferecendo subsídios para a melhoria das estratégias de fortalecimento de vínculos e das políticas públicas de assistência social. Ressaltou-se, também, a possibilidade de as participantes ressignificarem suas experiências e vivências no grupo, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, do sentimento de pertencimento e do fortalecimento da autoestima, fatores que contribuem para a promoção da saúde mental.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), compreendendo três etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento, inferência e interpretação dos resultados. Para auxiliar esse processo, foi utilizado o software NVivo, que possibilitou organizar, codificar e categorizar o material qualitativo, permitindo a identificação de regularidades e divergências nas narrativas, bem como a construção de categorias temáticas relacionadas ao referencial teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As participantes da pesquisa eram todas do sexo feminino, com idades entre 52 e 75 anos. Em relação à cor/raça, a maior parte das participantes se autodeclarou preta, enquanto uma menor parcela se declarou branca. No que se refere à classe social, todas as entrevistadas apresentaram renda de até dois salários-mínimos. Quanto à escolaridade, foram identificadas participantes com Ensino Fundamental Completo e Ensino Médio Completo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com usuárias atendidas pelo CRAS. A partir

dos conteúdos das entrevistas, apontaram-se, à luz da teoria da análise de conteúdo de Bardin (2016), as categorias: enfrentamento do luto e da solidão; promoção da saúde mental; e fortalecimento de vínculos e afetividade.

5.1 Enfrentamento do Luto e da Solidão

O luto e a solidão podem provocar impactos significativos na saúde mental, especialmente em pessoas idosas ou que passaram por perdas afetivas importantes. Segundo Worden (2013), o processo de luto envolve mudanças emocionais e sociais profundas, podendo ocasionar sentimentos de isolamento, tristeza intensa e dificuldade de retomada da rotina. Além disso, a ausência de vínculos sociais e espaços de convivência pode contribuir para o agravamento do sofrimento emocional e do sentimento de abandono.

Nas entrevistas realizadas, as participantes relataram que os grupos do CRAS se tornaram importantes espaços de convivência e apoio emocional, principalmente em momentos marcados pela vivência de solidão e pelo luto. As falas evidenciam que a participação nas atividades ajuda no enfrentamento dos sentimentos negativos e proporciona acolhimento e interação social.

Nunca gostei de ficar sozinha em casa, mas depois que meu marido faleceu e eu fiquei naquela casa vazia, acabava pensando em muitas coisas ruins. O CRAS foi meu ponto de apoio. (Participante 01)

Eu tive um marido abusivo e perdi meu filho de uma hora para outra. Os grupos aqui no CRAS foram uma forma de aliviar a solidão e os pensamentos ruins que eu sentia. Alguns dias são mais fáceis que outros, mas com certeza vir aqui melhora os dias difíceis. (Participante 03)

Os relatos das participantes demonstram como os grupos do CRAS aparecem como uma rede de apoio diante do sofrimento causado pela perda e pela solidão. A convivência coletiva, as atividades e o acolhimento oferecido pelas demais participantes contribuem para diminuir o isolamento social e fortalecer os vínculos interpessoais. Dessa forma, os resultados indicam que os espaços coletivos possuem relevância no cotidiano das entrevistadas ao favorecer momentos de escuta, convivência e troca de experiências.

5.2 Promoção da Saúde Mental

A promoção da saúde mental envolve ações voltadas para o fortalecimento emocional, social e psicológico dos indivíduos, buscando melhorar a qualidade de vida e prevenir o agravamento do sofrimento psíquico. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), a saúde mental está relacionada ao bem-estar, à capacidade de lidar com as dificuldades da vida e à participação ativa na comunidade. Nesse sentido, atividades coletivas e espaços de convivência podem atuar como fatores de proteção emocional.

Durante as entrevistas, as participantes relataram experiências relacionadas à depressão, tristeza intensa e isolamento social, destacando que a participação nos grupos do CRAS contribui para melhorar o humor, diminuir pensamentos negativos e promover bem-estar emocional. Como afirma a Participante 02:

Aos 23 anos fui diagnosticada com depressão, e era uma solidão imensa. Eu me sentia muito sozinha dentro de casa. Meu marido é mais quieto. Hoje eu não tomo mais remédios para depressão e passo o dia inteiro aqui (no CRAS). Aprendi a ser mais alto astral, porque, estando triste ou não, a vida continua de qualquer forma. (Participante 02).

Os relatos evidenciam que o espaço coletivo aparece como um elemento importante no cotidiano da participante, funcionando como um ambiente de socialização, distração e fortalecimento emocional. As atividades realizadas no CRAS, como pintura, crochê e convivência com outras mulheres, são mencionadas como fatores que auxiliam no enfrentamento da depressão e dos sentimentos negativos. Assim, observa-se que os grupos são percebidos pelas entrevistadas como espaços associados ao cuidado.

5.3 Fortalecimento de Vínculos e Afetividade

O fortalecimento de vínculos sociais e afetivos é um aspecto importante para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e apoio social. Segundo Sawaia (1999), as relações interpessoais e os espaços de convivência coletiva podem contribuir para a construção de sentimentos de acolhimento, reconhecimento e

inclusão social. Dessa maneira, ambientes coletivos favorecem trocas afetivas e experiências de apoio mútuo.

Nas entrevistas, as participantes relataram que os vínculos construídos dentro do CRAS são marcados por amizade, acolhimento e companheirismo. As falas demonstram que o convívio com outras mulheres e a participação nas atividades fortalecem sentimentos de pertencimento e afeto. Como relatam as Participantes 03 e 04:

O que eu mais gosto aqui é que me distraio e não fico sozinha. Gosto de ser uma pessoa que se movimenta, conversa e participa das atividades. Não há nada que me incomode aqui, muito pelo contrário. Aqui me sinto acolhida, respeitada e acompanhada. (Participante 03)

Aqui todo mundo apoia todo mundo, não existe inimizade.
(Participante 04)

Evidencia-se a importância das relações construídas dentro do grupo, destacando a presença de apoio coletivo e convivência harmoniosa entre as participantes. Os relatos demonstram que o CRAS é percebido como um espaço de acolhimento e interação social, no qual as entrevistadas encontram oportunidades de convivência, diálogo e construção de vínculos afetivos com outras pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender os significados atribuídos por mulheres usuárias de um CRAS do interior da Zona da Mata mineira à participação nos grupos de convivência e oficinas ofertadas pelo serviço. A partir das entrevistas realizadas, foi possível identificar que os grupos são percebidos pelas participantes como espaços importantes de acolhimento, convivência, escuta e fortalecimento emocional.

Os resultados evidenciaram que a participação nas atividades contribui para o enfrentamento de situações relacionadas à solidão, ao luto e ao sofrimento emocional, além de favorecer a construção de vínculos afetivos e redes de apoio entre as

usuárias. As falas das participantes demonstraram que o convívio coletivo, as oficinas e a troca de experiências proporcionam sentimentos de pertencimento, acolhimento e valorização pessoal.

Também foi possível observar a relevância da atuação da Psicologia dentro do CRAS, especialmente na promoção de espaços de escuta, fortalecimento da autoestima e incentivo à socialização. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido nos grupos de convivência ultrapassa atividades recreativas, constituindo-se como estratégia de cuidado emocional e fortalecimento comunitário.

Além disso, a pesquisa reforça a importância das políticas públicas de assistência social na vida de mulheres em situação de vulnerabilidade, principalmente em municípios do interior, onde muitas vezes o CRAS representa um dos principais espaços de convivência social e apoio emocional disponíveis para a população.

Por fim, considera-se que o estudo contribui para ampliar as discussões sobre a atuação da Psicologia na assistência social, valorizando a voz das próprias usuárias como fonte legítima de conhecimento. Espera-se que a pesquisa possa colaborar para o fortalecimento das práticas desenvolvidas nos grupos de convivência e incentivar novos estudos voltados à realidade das mulheres atendidas

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2014.
- CAMPOS, Marta Silva; GUARÁ, Isa Maria Ferreira da Rosa. **Redes de proteção social: desafios da política de assistência**. São Paulo: Cortez, 2010.

CARNEIRO, Patrícia Aparecida Silva. Desigualdades intrarregional na Zona da Mata Mineira: produção e organização socioespaciais diferenciadas. **A Gente & o Território**, v. 31, n. 3, p. 539-554, 2006.

CAVALHEIRO, A. C.; FERRARI, L. B. The role of psychologists in public social assistance policies: A psychoanalytic perspective. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 12, e85121244047, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i12.44047. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/44047>. Acesso em: 22 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas**. Brasília, DF: CFP, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. *On Intersectionality: Essential Writings*. New York: The New Press, 2020.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidades e a nova divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). One out of every four women aged 15 to 29 were not working or studying in 2023. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/en/agencia-news/2184-newsagency/news/39543-one-out-of-every-four-women-aged-15-to-29-were-not-working-or-studying-in-2023>. Acesso em: 22 out. 2025.

KLEIN, Leander Luiz; MATOS, Marcelo Gorski de; PEREIRA, Breno Augusto Diniz; VIEIRA, Kelmara Mendes. Avaliação da qualidade de serviços públicos: a percepção dos usuários dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). *Revista Estado y Políticas Públicas*, n. 18, p. 145-165, maio/set. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, M. P. B.; ANDRADE, I. R.; BARROS, L. F.; DALLA VECCHIA, M. Grupo de mulheres em um CRAS de São João del-Rei: um relato de experiência. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/69683>. Acesso em: 22 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

OLIVEIRA, A. F. de. The role of the psychologist in SUAS: considerations of the reality experienced in the city of São Paulo. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 253-273, 2024. DOI: 10.23925/2594-3871.2024v33i2p253-273. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/61323>. Acesso em: 22 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial da Saúde: Saúde Mental – Nova Concepção**, Nova Esperança. Genebra: OMS, 2001.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOARES, L. N.; SANTANA, J. A.; SOUSA, A. R. de. As contribuições da Psicologia para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 47, n. 2, p. 56-62, 2024. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20240707_100635.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. **A política de assistência social no Brasil: entre a proteção e o controle social**. São Paulo: Cortez, 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos da Política de Assistência Social: a construção do SUAS**. São Paulo: Cortez, 2018.

YASBEK, Maria Carmelita. **A assistência social no Brasil: um campo em construção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

WORDEN, J. William. **Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental**. 4. ed. São Paulo: Roca, 2013.